

Brasil diz que só paga

US\$ 1,1 bi em 91

O embaixador extraordinário para a dívida externa, Jório Dauster, revelou ontem um dos principais pontos da proposta brasileira aos credores: a capacidade de pagamento externo do País para o próximo ano, ou seja, quanto o País poderá pagar aos credores privados, sem comprometer seu programa de estabilização da economia.

Segundo a proposta, o pagamento não deverá ultrapassar um bilhão 165 milhões de dólares. Assim mesmo, 427 milhões neste total estão condicionados à tomada, pelo Brasil, de um empréstimo-ponte junto aos próprios bancos credores, de oito bilhões de dólares. Esse empréstimo-ponte significa a capitalização dos juros atrasados desde julho do ano passado, que passam a integrar o total da dívida a ser reestruturada.

Os 427 milhões de dólares são o primeiro pré-pagamento do empréstimo-ponte. O Brasil compromete-se também a fazer, no ano que vem, outro pré-pagamento adicional do empréstimo-ponte, no valor de até um bilhão de dólares, caso consiga "dinheiro novo" proveniente de empréstimos de outras fontes externas, como Fundo Monetário Internacional (FMI) e Banco Mundial (BIRD). Se houver a entrada deste "dinheiro novo", a capacidade de pagamento externo atingirá, no próximo ano, dois bilhões 165 milhões de dólares.

Para 1992, está previsto o segundo e último pré-pagamento do empréstimo-ponte, que não deverá ultrapassar 154 milhões de dólares. Também poderá haver um outro pré-pagamento adicional de um bilhão de dólares,

caso haja entrada de "dinheiro novo". A partir de 1992, o pagamento do empréstimo-ponte não terá tratamento diferenciado do restante da dívida.

O embaixador Jório Dauster fez questão de minimizar a importância das reações negativas dos credores à proposta do Governo brasileiro. "Precisamos entender que todo início de negociação é complexo. Estamos ainda ensaiando os primeiros movimentos de uma longa sinfonia" — explicou. Segundo Dauster, o Governo brasileiro colocou aos credores sua proposta. A premissa básica desta proposta é a capacidade de pagamento. Se esta premissa for obedecida, os banqueiros podem formular sugestões para a reestruturação da dívida brasileira. Há abertura para isso.